



Tribunal de Justiça
Gabinete do Des. Otávio Leão Praxedes

Agravo de Instrumento n. 0807919-15.2019.8.02.0000

Obrigação de Fazer / Não Fazer

2  Câmara Cível

Relator: Des. Otávio Leão Praxedes

Agravante : Bradesco Vida e Previdência S/A..

Advogada : Nadja Alves Wanderley de Melo (OAB: 5624/AL).

Advogado : João Barbosa (OAB: 3564A/AL).

Advogado : João Paulo Ribeiro Martins (OAB: 144819/RJ).

Agravado : Luiz Carlos Ferreira da Silva.

Defensor P : Eduardo Ant nio de Campos Lopes (OAB: 6020/AL).

ACÓRDÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA NA FASE EXECUTIVA, SEM EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. CABIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECEDENTES DA CORTE SUPERIOR. DECISÃO QUE DETERMINOU O PAGAMENTO DO VALOR EXECUTADO COM A APLICAÇÃO DA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO). ART. 523,  1 , DO CPC. PAGAMENTO VOLUNTÁRIO REALIZADO PELA PARTE EXECUTADA. INAPLICABILIDADE DA MULTA. NECESSIDADE DE CORREÇÃO DO CÁLCULO. REMESSA DOS AUTOS   CONTADORIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de instrumento n. 0807919-15.2019.8.02.0000 em que figuram, como parte recorrente, Bradesco Vida e Previdência S/A e, como parte recorrida, Luiz Carlos Ferreira da Silva, **ACORDAM** os membros da 2  Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em **CONHECER** do recurso, para, no mérito, **DAR-LHE PROVIMENTO**, no sentido de determinar a remessa dos autos do cumprimento de sentença   contadoria, a fim de que seja realizado um novo cálculo, excluindo a aplicação da multa de 10% (dez por cento). Participaram deste julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores mencionados na certidão.

Maceió, 17 de m r o de 2022.

Desembargador OTÁVIO LEÃO PRAXEDES
Relator



Tribunal de Justiça
Gabinete do Des. Otávio Leão Praxedes

RELATÓRIO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por Bradesco Vida e Previdência S/A, em face da sentença proferida pelo Juízo de Direito da 6ª Vara Cível de Arapiraca, nos autos da ação de cumprimento de sentença, tombada sob o nº 0001331-31.2008.8.02.0058/01, cuja parte dispositiva restou delineada nos seguintes termos:

[...] Ante o exposto, EXTINGO O FEITO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, para JULGAR PROCEDENTE, em parte, o cumprimento no sentido de determinar o pagamento descrito às fls. 31 dos autos, na forma da sentença de fls, abatido o valor depositado às fls. 14.

Defiro a liberação do valor depositado às fls. 14, mediante alvará, em nome do autor, após trânsito em julgado. [...]

Em suas razões recursais, a parte agravante afirmou que *"o juízo de primeiro, sem que houvesse a remessa à contadoria, decidiu o feito julgando procedente em parte o cumprimento, determinando o pagamento descrito no cálculo da contadoria, que data máxima vênua, o próprio juízo havia reconhecido que estava equivocado"* (fl. 07).

Pontuou que o cálculo foi realizado com a incidência de multa de 10% (dez por cento), que não era devida, estando equivocada, portanto, a decisão que determinou a realização do cálculo com base na referida multa.

Requeru, ao fim, o conhecimento e provimento do agravo, *"a fim de reformar a r. decisão agravada, no sentido reconsiderá-la, de modo a ser os autos remetidos à contadoria do juízo, restabelecendo-se a ordem jurídica"* (fl. 08).

Juntou os documentos de fls. 09/196.

Intimada, a parte agravada não ofertou contrarrazões, conforme certidão de fl. 203.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO/VOTO



Tribunal de Justiça
Gabinete do Des. Otávio Leão Praxedes

Inicialmente, convém esclarecer que a decisão combatida é interlocutória e foi proferida em sede de cumprimento de sentença, não pondo fim a demanda, portanto, atacável por agravo de instrumento.

Ressalte-se que a questão já foi objeto de deliberação perante o Superior Tribunal de Justiça, tendo sido assentado o entendimento de que as decisões que negarem provimento à impugnação ofertada, como ocorreu *in casu*, por não acarretarem a extinção da fase executiva em andamento, tem natureza jurídica de decisão interlocutória, sendo o agravo de instrumento o recurso adequado ao seu enfrentamento.

Nesse sentido, vejamos a jurisprudência da Corte da Cidadania:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS. CPC/2015. DECISÃO QUE ENCERRA FASE PROCESSUAL. SENTENÇA, CONTESTADA POR APELAÇÃO. DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS PROFERIDAS NA FASE EXECUTIVA, SEM EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1. Dispõe o parágrafo único do art. 1015 do CPC/2015 que caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário. Por sua vez, o art. 1.009, do mesmo diploma, informa que caberá apelação em caso de "sentença". 2. Na sistemática processual atual, dois são os critérios para a definição de "sentença": (I) conteúdo equivalente a uma das situações previstas nos arts. 485 ou 489 do CPC/2015; e (II) determinação do encerramento de uma das fases do processo, conhecimento ou execução. 3. Acerca dos meios de satisfação do direito, sabe-se que o processo de execução será o adequado para as situações em que houver título extrajudicial (art. 771, CPC/2015) e, nos demais casos, ocorrerá numa fase posterior à sentença, denominada cumprimento de sentença (art. 513, CPC/2015), no bojo do qual será processada a impugnação oferecida pelo executado. **4. A impugnação ao cumprimento de sentença se resolverá a partir de pronunciamento judicial, que pode ser sentença ou decisão interlocutória, a depender de seu conteúdo e efeito: se extinguir a execução, será sentença, conforme o citado artigo 203, § 1º, parte final; caso contrário, será decisão interlocutória, conforme art. 203, § 2º, CPC/2015.** 5. **A execução será extinta sempre que o executado obtiver, por qualquer meio, a supressão total da dívida (art. 924, CPC/2015), que ocorrerá com o reconhecimento de que não há obrigação a ser exigida, seja porque adimplido o débito, seja pelo reconhecimento de que ele não existe ou se extinguiu.** 6. **No sistema regido pelo NCPC, o recurso cabível da decisão que acolhe impugnação ao cumprimento de sentença e extingue a execução é a apelação. As decisões que acolherem parcialmente a impugnação ou a ela negarem provimento, por não acarretarem a extinção da fase executiva em**



Tribunal de Justiça
Gabinete do Des. Otávio Leão Praxedes

andamento, tem natureza jurídica de decisão interlocutória, sendo o agravo de instrumento o recurso adequado ao seu enfrentamento. 7. Não evidenciado o caráter protelatório dos embargos de declaração, impõe-se a inaplicabilidade da multa prevista no § 2º do art. 1.026 do CPC/2015. Incidência da Súmula n. 98/STJ. 8. Recurso especial provido. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.698.344 - MG (2017/0231166-2) RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO. Julgamento: 22 de maio de 2018) (grifos aditados).

Deste modo, preenchidos os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, merece conhecimento o recurso interposto.

O cerne do agravo reside em aferir se merece reparo a sentença de fl. 49 dos autos do processo nº 0001331-31.2008.8.02.0058/01, que determinou o pagamento do valor calculado pela contadoria, com a inclusão da multa de 10% (dez por cento).

A este respeito, a parte agravante afirmou que não deve ser aplicada a multa de 10% (dez por cento) utilizada no cálculo da contadoria, em razão do pagamento voluntário que realizou, antes mesmo de ser intimado para pagar. Pontuou que o art. 523 §1º do CPC aduz que a referida multa deve ser estabelecida somente quando não ocorrer o pagamento após a intimação.

De fato, nos termos do §1º do art. 523 do CPC, *"não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento"*.

Compulsando os autos originais, verifiquei que o próprio magistrado de primeiro grau reconheceu ser indevida a aplicação da multa de que trata o supracitado artigo, tendo em vista que o pagamento voluntário foi devidamente realizado pela parte ora agravante. É o que se extrai da decisão de fl. 42 daqueles autos:

[...] Considerando os calculos de fls.31 dos autos, observa-se que a contadoria incluiu a multa de 10% (dez por cento), que não deveria incidir, pois o pagamento ocorreu de forma voluntária. Assim, retornem os autos à contadoria judicial para que refaça os cálculos, excluindo a multa de 10%, considerando o pagamento realizados e a incidência de juros legais, correção monetária e honorários advocatícios. [...]

Entretanto, embora tenha reconhecido a situação de não aplicabilidade da referida multa, o magistrado de primeiro grau, equivocadamente, em decisão posterior (fl. 49 daqueles autos), ora agravada, determinou o pagamento do valor calculado com



Tribunal de Justiça
Gabinete do Des. Otávio Leão Praxedes

acréscimo da multa. Senão vejamos:

[...] Ante o exposto, EXTINGO O FEITO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, para JULGAR PROCEDENTE, em parte, o cumprimento no sentido de determinar o pagamento descrito às fls. 31 dos autos, na forma da sentença de fls, abatido o valor depositado às fls. 14. [...]

Da análise do caderno processual, verifiquei que há comprovação do pagamento voluntário, conforme consta nos documentos de fls. 270/272 dos autos principais.

Assim, patente a necessidade de modificação da decisão agravada, para que os autos de cumprimento de sentença sejam remetidos à contadoria, a fim de que seja realizado um novo cálculo, excluindo a multa de 10% (dez por cento), por ser indevida a sua aplicação no caso concreto.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, voto no sentido de **CONHECER** do recurso para, no mérito, **DAR-LHE PROVIMENTO**, no sentido de determinar a remessa dos autos do cumprimento de sentença à contadoria, a fim de que seja realizado um novo cálculo, excluindo a aplicação da multa de 10% (dez por cento).

É como voto.

Maceió, 17 de março de 2022.

Desembargador OTÁVIO LEÃO PRAXEDES
Relator



**Tribunal de Justiça
2ª Câmara Cível**

Agravo de Instrumento nº 0807919-15.2019.8.02.0000

Relator: Des. Otávio Leão Praxedes

Agravante : Bradesco Vida e Previdência S/A..

Advogada : Nadja Alves Wanderley de Melo (OAB: 5624/AL).

Advogado : João Barbosa (OAB: 3564A/AL).

Advogado : João Paulo Ribeiro Martins (OAB: 144819/RJ).

Agravado : Luiz Carlos Ferreira da Silva.

Defensor P : Eduardo Antônio de Campos Lopes (OAB: 6020/AL).

CERTIDÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DO ACÓRDÃO

CERTIFICO, que foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça de Alagoas em 21/03/2022 e considerado publicado em 22/03/2022 a conclusão do venerando **Acórdão julgado em 17/03/2022**, nos termos do Artigo 943, § 2º do Código de Processo Civil c/c o artigo 4º, § 3º, da Lei nº 11.419/2006.

Maceió/AL, 21 de março de 2022.

Carla Christini Barros Costa de Oliveira
Secretário(a) da 2ª Câmara Cível

Gabrielle Wanderley Tenório Cavalcante
Analista Judiciário